

ENTREVISTA COM

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, professor universitário, escritor e político formado pela Universidade de São Paulo. Foi presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, de 1995 a 2003. Atualmente, é presidente do Instituto Fernando Henrique Cardoso (entidade sem fins lucrativos que pretende reunir sua obra e propor discussões sobre o Brasil e a América Latina) e presidente do Painel de Personalidades Ilustres sobre a revitalização da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento). É membro da Comissão de Alto Nível das Nações Unidas para o Empoderamento Legal dos Pobres, professor *at large* da Universidade de Brown, Providence, RI, e professor visitante na Universidade de Southern California, Los Angeles, Estados Unidos. Durante sua passagem por Porto Alegre, para participar do XX Fórum da Liberdade, Fernando Henrique Cardoso falou com exclusividade para a equipe editorial do Instituto de Estudos Empresariais (IEE). Alguns dos temas abordados durante a entrevista foram a reforma agrária, as privatizações, a alta carga tributária e a pirataria.



Equipe editorial: Qual a sua opinião sobre o Fórum da Liberdade e a importância do evento para o País?

Fernando Henrique Cardoso: Não é a primeira vez que participo do Fórum da Liberdade. Nas outras ocasiões pude perceber que é um evento livre de debates de idéias. O mais interessante é o tipo de audiência, com muita gente jovem, estudantes e pessoas comprometidas, não sectariamente, partidariamente, mas com valores e crenças, a começar pela liberdade e pela democracia. Eu acredito que o Brasil precisa crescentemente de redes desse tipo. Quanto mais nós pudermos estender a influência desse tipo de ação pelo Brasil, melhor. Eu sei que há um projeto de fazer Fóruns em outras cidades. Eu aplaudo, é isso que precisamos.

Equipe editorial: Em relação à distribuição de terra, o principal compromisso assumido pelo seu governo, ainda durante a campanha eleitoral de 94, foi quantificado em metas anuais de assentamento de trabalhadores sem terra. Um dos painéis apresentados durante o Fórum da Liberdade questionou se a reforma agrária não seria um desperdício de

recursos ao manter as pessoas no campo. Qual a sua opinião a respeito?

Fernando Henrique Cardoso: Quando eu era presidente, em meados de 1996/1997, isso era convicção: ou faz a reforma agrária ou o Brasil não vai para frente. Na verdade, não é bem assim, naquele momento nós estávamos fazendo uma revolução agrícola, o agrribusiness estava estourando. Não só a classe política, mas também a classe média e a mídia estavam convencidas de que precisava fazer reforma agrária. Eu acredito que precisava mesmo, mas nós já distribuímos bastante terra. Talvez hoje nós tenhamos mais terra distribuída para assentamento do que em produção no Brasil. Eu creio que o momento é de consolidar o que está aí, e fazer uma avaliação do que está produzindo, do que não está, e do que falta produzir. Não adianta continuar só no movimento de desapropriar e dar terra, é preciso consolidar e transformar ex-assentados em unidades familiares de produção. Existem programas para isso. Então, acho que chegou o momento da sociedade brasileira fazer uma análise crítica sobre reforma agrária. Pensar em como se transforma realmente os assentados em produtores rurais.

Equipe editorial: Como o senhor avalia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?

Fernando Henrique Cardoso: Ele nasceu em função dos minifúndios. Hoje é um movimento político. Ocupam o Brasil todo e fazem pressão, já não estão mais ligados à idéia da reforma agrária propriamente. Eles gostariam de fazer uma reforma geral da sociedade, mas não formulam isso porque não há clima. É um movimento político muito mais do que outra coisa.

Equipe editorial: O programa de privatizações, prioritário na estratégia do seu governo, foi alvo de críticas acirradas da oposição. Mesmo assim, foi implementado com eficácia. O setor de energia elétrica, na área de distribuição e geração regional, foi completamente privatizado; e o setor de telecomunicações, incluindo a Telebrás e as empresas telefônicas estaduais, passou às mãos da iniciativa privada na segunda metade de 1998. Os resultados das privatizações foram excelentes para a sociedade brasileira. Fale um pouco sobre o processo de privatização do seu governo.

Fernando Henrique Cardoso: Por que nós privatizamos? Porque o governo não tinha mais condições de investir. Como é que se fez a infra-estrutura brasileira? Basicamente com impostos. Chegou um ponto que a estrutura fiscal do Brasil não comportava mais aumento de impostos. Não se tinha dinheiro para continuar a expansão. Em segundo lugar, estas empresas nas mãos do Estado se burocratizaram muito e ficaram submetidas à pressão política, nomeações partidárias e corrupção. Chegou o momento que era preciso dar um outro caminho. Precisávamos de recursos. Quem tem dinheiro e dinamismo maior é o setor privado, e não o setor público. Então privatizamos, mas, para isso, era preciso ter regras e

criar as agências regulatórias. Nós criamos a Anatel, a Agência Nacional de Petróleo e a Anel. Para quê? Por duas razões: primeiro para garantir ao investidor que o preço das tarifas não vai mudar por interferência política; segundo para garantir a qualidade do serviço fornecido. Eu acredito que a privatização era uma coisa necessária e foi feita com correção. Veja o que aconteceu: na telefonia nós tínhamos 800 mil telefones celulares, hoje temos 100 milhões; hoje ninguém mais fala de rede ferroviária federal, mas está andando, está nas mãos de brasileiros e o transporte ferroviário de mercadorias aumentou muito; e as estradas, onde houve concessão como em São Paulo, o sistema funciona. Então, é indiscutível que fazer privatização com critérios e agências reguladoras é positivo. A Petrobras nós não privatizamos, até porque ela já era mista, 51% do governo e 49% privada, mas transformamos a Petrobras em uma *corporation*, quer dizer, uma companhia que opera no mercado, mas não como uma agência estatal. O Banco do Brasil a mesma coisa, parou de dar prejuízo por quê? Porque nós colocamos o espírito empresarial nessas empresas também. Houve uma espécie de revolução cultural importante.

Equipe editorial: Em sua opinião, por que as pessoas têm tanta aversão às privatizações?

Fernando Henrique Cardoso: Primeiro porque são as corporações e os sindicatos que estão ligados a isso. Eles têm uma forte presença na população e dizem que se privatizar vai aumentar o preço. Então, as pessoas têm medo desse processo. Segundo, porque, vamos ser francos, nós nunca fizemos uma campanha de esclarecimento para enfrentar, comparar, dizer, etc. Nós temos que levar estas questões para o terreno racional e discutir se é vantagem ou não, e sob que condições. Agora, quando se esclarece, se dá essa idéia de

que privatizar é ruim, mas o mesmo que diz isso tem um celular na mão. Isso é falta nossa de não termos defendido com mais vigor aquilo que foi feito.

Equipe editorial: Em março de 2001, o seu governo criou o Comitê Interministerial de Combate à Pirataria (CICP). Mesmo assim, o problema cresce indiscriminadamente no mundo todo. Por que isso ocorre?

Fernando Henrique Cardoso: Há um livro muito interessante de um venezuelano, Moisés Naim, que se chama *Ilícito*. Ele mostra que, com a globalização, a pirataria aumentou, porque os mesmos instrumentos que levam à globalização facilitam a pirataria. Então, não é só no Brasil, esse é um problema grave. Se você vai lançar uma marca nova de roupa, por exemplo, na mesma semana do lançamento já tem o pirata, porque há uma certa conexão, uma zona cinzenta entre o legal e o ilegal, que passa essa informação. É impossível não haver isso. Por outro lado, um exemplo sobre a questão da droga é o contrabando do México para os Estados Unidos, que é enorme, e é feito de muitas maneiras. Às vezes o caminhão que leva verdura, também leva droga. O verdureiro é verdureiro, não é traficante, mas ele entra um pouco nisso. Quer dizer, o sistema onde existe essa zona cinzenta entre o legal e o ilegal facilita a pirataria, e isso nós temos que combater. Infelizmente, no mundo atual, esse sistema está muito ampliado em função da comunicação mais fácil pelos próprios instrumentos de internet e transporte rápido.

Equipe editorial: Em sua opinião, qual a solução mais acertada para combater a pirataria no Brasil?

Fernando Henrique Cardoso: Não podemos limitar ao Brasil, isso precisa ser mais amplo. Podemos analisar o exemplo da droga. Não é possível resolver só no Brasil. É difícil. Nos

Estados Unidos a dificuldade de conter a droga é tão grande, que tem gente achando que a solução é legalizá-la, e isso que eles têm mais meios do que nós. Eu acredito que o principal tem a ver com a democracia. Precisamos respeitar a lei. Na medida em que somos indulgentes com o pequeno desrespeito a lei, estamos ajudando a pirataria.

Equipe editorial: A alta carga tributária atinge diretamente o setor empresarial. Durante o governo Lula, a carga tributária registrou queda apenas em 2003. Este também foi um dos assuntos de destaque durante o Fórum. Em sua opinião, qual a saída para diminuir a carga tributária no Brasil?

Fernando Henrique Cardoso: Essa alta carga tributária ainda vem da inflação e do endividamento do Estado, que é muito grande. Existem dois mecanismos graves aí: um é o endividamento que se reproduz e outro é a questão previdenciária. O Estado não equacionou a questão previdenciária. Então o déficit está aí. Com o déficit tão elevado, como o Estado vai diminuir a carga tributária? É retórica. Sempre falam que vão diminuir a carga tributária, mas não vão diminuir, porque, para isso, é preciso diminuir o gasto público. Mas falam que não podem diminuir o gasto público. Por que não podem? Não podem diminuir na educação e na saúde, mas podem no desperdício, na questão da previdência. Tem muitos mecanismos necessários, factíveis e que são pré-condição para efetivamente reduzir a carga tributária.

Equipe editorial: Em sua opinião, qual o papel da propriedade privada na prosperidade econômica e social do país?

Fernando Henrique Cardoso: Acredito que hoje ninguém mais discute que a questão da prosperidade depende do direito do reconhecimento do contrato. Propriedade privada é isso, é reconhecer o contrato e verificar se a pessoa tem ou não tem direito de propriedade, até intelectual. Como produzir intelectualmente sem nada que garanta o resultado dessa produção? Hoje, a questão da prosperidade não está ligada à velha tradição da propriedade da terra ou casa, não é isso, é algo mais. A noção de direito é fundamental. Não temos prosperidade sem direito. Se temos direito a uma propriedade, ele deve ser respeitado como condição para termos prosperidade.



Equipe editorial: Como o senhor vê o futuro econômico do nosso país?

Fernando Henrique Cardoso: Por um lado vejo com certa esperança, mas por outro com preocupação. A esperança é que, se olharmos para trás, nós avançamos. A preocupação é que, se olharmos ao lado, os nossos competidores estão avançando mais depressa. O meu temor é o da velocidade. Não sei se estamos indo na velocidade necessária para chegar onde desejamos. Hoje temos uma expressão chamada BRICs, que são os países emergentes que mais crescem: Brasil, Rússia, China e Índia. Se nos limitarmos aos BRICs, veremos que o Brasil não está bem colocado, porque falta educação, infraestrutura, temos muitos impostos. Tenho preocupações porque acho que paralisamos os movimentos de reformas no Brasil. Nós estamos nos beneficiando da conjuntura mundial, que é boa, mas não estamos nos preparando para competir no futuro. Educação é crucial. Na Coreia, ou na Tailândia, por exemplo, a cultura destes países faz com que a família já se ocupe com educação. No Brasil, às vezes, a criança é a primeira da família que entrou na escola. A família não é o sustentáculo da educação. Estamos sentindo que a educação ainda

está fluando, faltam amarras. Isso me preocupa com relação ao futuro do nosso país.

Equipe editorial: Com as alianças compostas após a reeleição do presidente Lula, quais as suas expectativas em relação a este segundo mandato?

Fernando Henrique Cardoso: Eu não tenho expectativa alguma, porque as alianças foram compostas para nada. Foi criada uma base enorme para quê? Qual o projeto que estão discutindo? Eu fiz aliança com o PFL e com o PMDB, porque queria a reforma da previdência, o Fundeb, o Pronaf, o Real. Tínhamos objetivos. Agora fazem aliança para quê? Para distribuir cargos no governo? Isso não vai dar em nada. As alianças são boas para o presidente Lula, porque evita CPI e garante o governo, agora para o país qual é o propósito? Qual é o projeto? Do PAC, por exemplo, eu tenho medo. É como o Fome Zero, até hoje a gente anda pelo mundo e perguntam sobre o Fome Zero, mas ele não existe, só ficou a marca. Eu espero que o PAC não seja só um Fome Zero.

“A Espanha se converteu na oitava economia mais importante do mundo”

ENTREVISTA COM

JOSÉ MARIA AZNAR

Primeiro-ministro da Espanha por oito anos (1996 - 2004), José Maria Aznar nasceu em 25 de fevereiro de 1953, em Madri, capital espanhola. Jovem, já começou a participar de atividades políticas, alcançando projeção internacional durante o período em que governou a Espanha. Atualmente, José Maria Aznar é o presidente da Foundation for Social Studies and Analysis (FAES), entidade que trabalha na defesa das idéias liberais.

Na entrevista a seguir, concedida com exclusividade para a revista do XX Fórum da Liberdade, Aznar fala sobre sua experiência como primeiro-ministro espanhol, durante os anos de 1996 a 2004, período que sucedeu mais de uma década de um governo com orientação socialista, marcado por diversas mudanças no rumo do país. Ele fala, também, sobre o trabalho que vem desenvolvendo nos últimos dois anos, uma agenda para a liberdade na América Latina. O estudo, já apresentado na Espanha e em Washington, foi feito através da Foundation for Social Studies and Analysis (FAES).



Equipe Editorial: A vitória do Partido Popular na Espanha derrubou mais de uma década de um governo socialista, aplicando uma lógica liberal no País. O que mudou com isso?

José Maria Aznar: Mudamos as políticas e mudamos o País, que se tornou próspero, politicamente estável e economicamente muito mais aberto e flexível. Nós diminuimos impostos, criamos superávit previdenciário, eliminando o déficit, e criamos seis milhões de novos postos de trabalho em oito anos. A Espanha se converteu na oitava economia mais importante do mundo.

Ao que o senhor atribuiu essa mudança no rumo político do País?

José Maria Aznar: Existem políticas boas e más. As boas políticas produzem bons resultados e as más, maus resultados. Mas, a palavra-chave é confiança. A Espanha mudou porque os espanhóis se sentiram confiantes sobre sua capacidade. Os países necessitam ter confiança em seus dirigentes e ambições para buscar. Isso é uma das coisas mais importantes que deve fazer a liderança política.

Equipe Editorial: Como a sua administração mudou a forma como a Espanha se relacionava com a União Européia?

José Maria Aznar: Não havia políticas consistentes. Quanto mais se dilui a Espanha na União Européia, melhor. A política que consiste numa Espanha mais forte, é melhor para a Espanha e melhor para a União Européia. Crer em seu país é fortalecê-lo. A União Européia é forte ou fraca, porque os países que a formam são fortes ou fracos. Eu creio em uma Espanha forte porque isso ajuda a União Européia.

Equipe Editorial: Seu governo foi marcado por amplas reformas econômicas e sociais. Que resultados foram alcançados e como?

José Maria Aznar: Sobretudo promovemos uma grande revolução social, que foi a revolução do emprego. Quando nós chegamos ao governo, na Espanha, trabalhavam 12 milhões de pessoas e, quando saímos do governo, trabalhavam 18 milhões de pessoas. Quando chegamos, a seguridade social espanhola estava praticamente quebrada e a deixamos em situação de superávit. Pegamos um país com 7% de déficit e deixamos com superávit. A mudança foi um outro país, o país da prosperidade.

Equipe Editorial: Houve uma redução no desemprego de 23% (1995) para 11% (2003). O que foi feito para ocorrer essa mudança?

José Maria Aznar: Menos impostos, privatizações de empresas públicas, liberalizações e uma reforma trabalhista – muito importante, acordada com os empresários e os sindicatos. Flexibilizar o mercado de trabalho é muito importante. Flexibilizar não quer dizer estabelecer piores condições de

trabalho, mas dar mais oportunidades às pessoas de trabalhar.

Equipe Editorial: Tendo permanecido oito anos à frente do governo espanhol e com o sucesso de sua gestão, o senhor se tornou uma liderança respeitada no mundo inteiro. Quais características de liderança são fundamentais para o sucesso?

José Maria Aznar: Ter confiança e ser capaz de implementar um processo de reformas importantes. A regra fundamental é ter uma idéia de país e aplicá-la. Isso é o mais importante. Tem que ter uma idéia do que quer fazer para o seu país, poder fazê-lo e assumir as situações difíceis.

Equipe Editorial: Atualmente, o senhor preside a Foundation for Social Studies and Analysis (FAES). Quais são as atividades desenvolvidas pela Fundação e como ela pode impactar positivamente a sociedade?

José Maria Aznar: A FAES trabalha na defesa das idéias liberais. A liberdade cria mais prosperidade e oportunidade. Acabo de apresentar na Espanha e em Washington uma agenda para a liberdade na América Latina. Como a América Latina deve eleger o caminho da democracia, da estabilidade, da economia de mercado e não outros caminhos de volta ao populismo. Devo apresentar no Brasil, em São Paulo, esse ano, e apresentarei por toda a América. A América Latina é uma parte essencial do mundo

ocidental e deve seguir o bom caminho, e não o mau caminho, do autoritarismo e do populismo.

Equipe Editorial: Que medidas os países em desenvolvimento, como os da América Latina, devem tomar para que possam progredir econômica e socialmente?

José Maria Aznar: Os países devem perseverar. A situação macroeconômica é muito melhor. Deve estabelecer-se economias de mercado que funcionem. Um dos problemas dos países ibero-americanos é que nunca tiveram um sistema de economia de mercado eficiente. Construir um sistema de economia de mercado eficiente é uma tarefa custosa, porém essencial para a estabilidade dos países, para a prosperidade e para as oportunidades de emprego para a população.

Equipe Editorial: O Brasil é um país com inúmeros problemas de desrespeito aos direitos de propriedade, de invasões de terras à utilização ilegal de direitos autorais e marcas. Quais os prejuízos de um país que não respeita os direitos de propriedade?

José Maria Aznar: O direito de propriedade é um direito básico do ponto de vista econômico. As economias moderna, de mercado e livre se baseiam na existência do direito de propriedade. Os governos e os estados têm a obrigação de garantir esse direito. Se num país existem problemas de garantia dos direitos de propriedade, não haverá um sistema econômico estável por muito tempo.

DESPERTANDO O GIGANTE DA ECONOMIA DO BRASIL

Becky Norton Dunlop



O maior e mais populoso país da América do Sul, o Brasil, é – economicamente falando – um gigante adormecido. Embora abençoado com abundância de recursos naturais, o Brasil sofre com obstáculos aos investimentos de longo prazo e ao crescimento econômico construídos artificialmente. Esses obstáculos incluem um sistema tributário intrincado, barreiras aos investimentos externos, e controle governamental de grandes setores da economia, incluindo a maioria de suas indústrias de eletricidade e boa parte de seu setor bancário. O Brasil também tem um judiciário fraco e um sistema de regulamentação complicado.

Estas observações foram retiradas da edição de 2007 do *Índice de Liberdade Econômica*, publicado anualmente pelo *The Wall Street Journal* e a *The Heritage Foundation*. Nos últimos 13 anos, o *Índice* tem avaliado o nível de liberdade econômica prevalecente em quase todas as nações da Terra segundo uma classificação global, apresentando dados para auxiliar cada país a identificar o que ele pode fazer para oferecer ainda mais liberdade no futuro.

O *Índice* deste ano avaliou a economia do Brasil como tendo um percentual de liberdade de 60,9%. Isso não é mau, considerando-se que a média mundial é de 60,6%. Mas, no geral, o Ocidente ostenta um grau de liberdade econômica acima da média: 62,3%. Portanto, o Brasil tem que sair-se bem melhor do que está se saindo agora, se espera competir com sucesso com países vizinhos.

A boa notícia do *Índice* é que o Brasil tem uma oportunidade real de melhorar. Na verdade, se o Brasil encarar com seriedade a instituição de reformas econômicas e jurídicas, ele tem chance de ser a economia mais livre não só da América do Sul, mas do Hemisfério Ocidental.

A marcha histórica das Américas rumo a uma maior liberdade econômica retardou-se muito no ano passado, segundo o

Índice de 2007. Ele relata que muitas das menores nações da região parecem “aprisionadas em armadilhas da pobreza”. Como níveis mais elevados de liberdade econômica levam a um maior PIB per capita, “a forma de escapar dessas armadilhas seria, para as nações, promover mais liberdade econômica. Mas isso não é o que está acontecendo”. Em vez disso, a ascensão de governos populistas ameaça aumentar ainda mais a lacuna de liberdade nas Américas, segundo Timothy Kane, Kim Holmes e Mary Anastasia O’Grady, co-autores do *Índice*.

Até os Estados Unidos, classificados como a quarta economia mais livre do mundo em 2007, têm seus problemas. O *Índice* observa que os gastos totais do governo equivalem a mais de um terço do nosso PIB. Os impostos para pessoas jurídicas e físicas estão moderadamente altos e os direitos de propriedade foram enfraquecidos por uma regulamentação da Suprema Corte dos EUA de 2005. O Canadá, que este ano está em 10º lugar, também poderia perder sua posição. Ele tem um gasto governamental elevado para manter o estado de bem-estar social massivo do país e a alta regulamentação para investimentos estrangeiros.

Mas apesar desses problemas, a lição do novo *Índice* continua a mesma de anos anteriores: liberdade econômica e prosperidade estão inextricavelmente ligadas. De nação a nação, ano após ano, maior liberdade econômica rende maiores riquezas para os povos. O Brasil tem a oportunidade de alcançar essa liberdade e, de gigante adormecido, passar a colosso econômico.

“Quando você fala de propriedade privada, está olhando para o que, de fato, é a personalidade individual”.

ENTREVISTA COM

JAMES SHIKWATI

James Shikwati, nascido no Quênia, é economista, fundador e diretor executivo do Inter Region Economic Network (IREN Kenia). Aos 36 anos, Shikwati é uma liderança reconhecida em seu país e tem trabalhado, em conjunto com outros líderes locais, no sentido de melhorar a competitividade e diminuir a pobreza nos países africanos. Escritor e comentarista de políticas públicas, escreve e concede entrevistas para jornais e revistas do mundo todo.

Na entrevista a seguir, concedida com exclusividade para a revista do XX Fórum da Liberdade, Shikwati argumenta sobre as polêmicas idéias que defende, falando da propriedade privada como extensão da personalidade do indivíduo e do empreendedorismo como forma de contribuir para o desenvolvimento da África, que deve dispensar as ajudas assistencialistas internacionais. Ele acredita que, para permitir o desenvolvimento da África, a primeira coisa a ser feita é a população reconhecer o poder dos negócios, utilizando os recursos do continente e percebendo a oportunidades de crescimento econômico que estes representam.



“O que a ajuda faz é perpetuar a mentalidade de que a África é pobre”.

Equipe Editorial: Quais são os principais problemas, hoje, na África?

James Shikwati: Os principais assuntos que afetam as pessoas na África são a pobreza e a incapacidade de dominar os recursos do continente. Outro problema é a representação no governo.

Equipe Editorial: A ajuda internacional, segundo o senhor, não é benéfica para a África, por quê?

James Shikwati: Quando eu vejo os desafios que encaram a África, a pobreza e a incapacidade de utilizar os recursos para o benefício dos africanos, concluo que é urgente os africanos revisarem sua relação com os países ricos quanto às ajudas. O que a ajuda faz é perpetuar a mentalidade de que a África é pobre. Quando, em essência, nós sabemos que essa pobreza está entre as pessoas. A África, em termos de recursos, não é um continente pobre. Tudo o que precisamos fazer é criar

uma conexão entre as pessoas, os recursos e aqueles que desejam acessar os recursos da África ou os seus produtos. Assim, iremos mudar as questões em torno da pobreza e criar riqueza para o povo africano.

Equipe Editorial: O que deve e o que pode ser feito para o continente crescer?

James Shikwati: Para permitir o crescimento da economia da África, a primeira coisa que devemos fazer é reconhecer o poder dos negócios. Se o povo africano empreender, tornando a solução dos problemas que enfrentam uma oportunidade de negócio, a pobreza na África seria resolvida. Eu reconheço que os negócios não podem prosperar em um ambiente onde os direitos de propriedade não estão funcionando e a política é caótica. É muito estratégico que os africanos percebam a importância de terem um sistema legal previsível e um sistema político estável.

É algo em relação ao qual nós não podemos dizer “escolha um lado e deixe o outro”, tudo deve ser feito ao mesmo tempo. Enquanto nós levamos adiante as iniciativas de negócios, devemos, ao mesmo tempo, reformar as estruturas legais para criar um ambiente aberto, que facilite aos inovadores oferecerem soluções para os problemas africanos.

Equipe Editorial: Os críticos da economia de mercado costumam afirmar que esse modelo mantém as pessoas na pobreza, contudo, ao analisarmos as regiões mais pobres do mundo como a África e a América Latina, o que percebemos é justamente o contrário. O problema dessas regiões é o desrespeito ou a falta de instituições que sigam os princípios liberais. Como o senhor vê esse preconceito aos ideais de liberdades individuais nos países em desenvolvimento?

“Se o povo africano empreender, tornando a solução dos problemas que enfrentam uma oportunidade de negócio, a pobreza na África seria resolvida”.

James Shikwati: A minha resposta seria colocar uma pergunta: quando você fala de pobreza, devemos dizer que um país é pobre, mas quem é afetado? É o país ou o indivíduo? Então, olhando sob esse aspecto - de que é o indivíduo que sofre a pobreza, adoece, tem fome e morre, não o país -, eu diria que seria ruim para qualquer um ignorar o poder dos mercados liberais. O que os mercados oferecem são oportunidades para os indivíduos procurarem maneiras de identificarem os desafios que se apresentam a eles. O sistema econômico de mercado, sob meu ponto de vista, é a melhor maneira de dar oportunidades para os indivíduos experimentarem as suas idéias, ganhar dinheiro e se sentirem satisfeitos com o trabalho.

Equipe Editorial: Como o IREN Kenia, do qual o senhor é diretor executivo, está trabalhando para melhorar a vida das pessoas em seu país?

James Shikwati: No IREN nós estamos desenvolvendo alguns programas. Um deles é introduzir e ensinar os princípios de empreendedorismo aos nossos estudantes de graduação. O programa está rodando em 15 universidades do Quênia, onde promovemos uma competição, uma vez por ano, para estabelecer qual delas tem o melhor impacto nos negócios. Mantemos, também, um programa dentro do conceito do mercado como forma de identificar um problema. Por exemplo, em relação à malária, ajudamos alguns jovens desempregados a estudar um plano de negócios para detetizar as casas em troca de pagamento. O que nós, basicamente, fazemos no IREN é dizer às pessoas, “olhe aqui, todos esses problemas africanos que vocês vêem são oportunidades de negócios”. O quanto mais rápido nós nos movermos, melhor será para podermos mudar a situação no continente.

Equipe Editorial: O Brasil é um país em desenvolvimento, ainda em grandes dificuldades, como o senhor vê os desafios que temos e o que sugere para termos sucesso?

James Shikwati: Existem oportunidades similares às que temos na África. A pergunta poderia ser “alguém poderia olhar para esses desafios e ver como ganhar dinheiro?” Por exemplo, um problema simples, como sujeira na cidade. Alguém poderia montar um negócio para limpar as ruas e, em troca, receber um pagamento da vizinhança. Essa já é uma oportunidade. Isso pode ser extrapolado em muitos outros problemas que as pessoas no Brasil e na África estão enfrentando no momento.

Equipe Editorial: Em relação ao tema central da sua palestra, qual a importância da propriedade privada na prosperidade econômica e social?

“O que os mercados oferecem são oportunidades para os indivíduos procurarem maneiras de identificarem os desafios que se apresentam a eles”.

James Shikwati: Quando você fala de propriedade privada, está olhando para o que, de fato, é a personalidade individual. Então, essa pergunta é quase como “qual a importância da personalidade individual?”. É a força de qualquer pessoa e qualquer um sente-se feliz quando ela é reconhecida. Agora, a importância da propriedade privada no desenvolvimento de um país é a de incentivar as pessoas a se mostrarem e mostrarem seus talentos. Ao mesmo tempo em que ganham dinheiro, oferecem soluções para a sociedade. Por exemplo, se olharmos para alguém que inventou o sistema de ar condicionado: um indivíduo veio com uma boa idéia e precisa de um sistema de produção em massa para torná-la um grande negócio - qualquer um que não se sente confortável no calor ficaria feliz em comprar um sistema de ar condicionado. O mesmo pode ser dito para outras demandas como de alimentos, água ou medicina.

Equipe Editorial: Como o senhor avalia o XX Fórum da Liberdade?

James Shikwati: Do meu ponto de vista, esse Fórum é importante pelas discussões que está promovendo. É uma oportunidade única para mim, vindo da África, dividir alguns insights e pensar em como o Brasil e a África podem interagir melhor. Gostaríamos que o Brasil fosse um melhor parceiro para a África, comparado aos outros países que tivemos antes. Há muito em comum, historicamente, entre as duas nações.

A MELHOR ALTERNATIVA

Wagner Lenhart*

Infelizmente, em nosso país, o senso comum considera o liberalismo algo perverso, um ideário que fomenta problemas sociais e ignora o bem coletivo, que encontra amparo na insensibilidade de seus defensores para com seus concidadãos. Enfim, um modelo que não oferece paz e justiça para a sociedade.

Porém, a formulação desse absurdo senso comum, construído através de uma leitura míope da história e de uma interpretação precária de conceitos políticos e econômicos, mostra-se, em todos os aspectos, em descompasso com a realidade e com as demonstrações inequívocas que as gerações passadas nos ofereceram como lições. A verdade é que a aplicação dos princípios norteadores do liberalismo conduz inevitavelmente ao desenvolvimento social, econômico e cultural, concedendo aos indivíduos liberdade para escolher e oportunidade para crescer.

Ao contrário do que propaga considerável parcela de nossos intelectuais, os ideais fundados na liberdade, na propriedade privada, na democracia representativa, no Estado de Direito e no governo limitado são, indubitavelmente, pilares essenciais na construção de uma sociedade próspera e digna. Assim, considerando essa visão deturpada do que representa o liberalismo, aproveitamos estas linhas para rememorar brevemente alguns pontos importantes.

Acreditar na liberdade é acreditar na dignidade humana, no direito de cada indivíduo fazer suas próprias escolhas. É respeitar as diferenças e reconhecer que cada ser humano tem sonhos, anseios, objetivos e pensamentos próprios e que, portanto, nenhum outro indivíduo, por mais sábio que seja, tem o direito de obrigá-lo a agir desta ou daquela maneira. Mais, a sociedade liberal oferece e promove a paz social, estimulando a cooperação entre indivíduos e povos. Nesse sentido, o livre comércio exerce papel fundamental, eis que, como já referia Winston Churchill, a ameaça à paz mundial encontra-se invariavelmente em países fechados, que não têm relações estáveis de comércio com outras nações. E, de fato, quanto mais sólidas as relações comerciais entre dois países, mais improvável se torna qualquer espécie de conflito bélico.

Também cumpre salientar que as idéias liberais aplicadas à ciência econômica conduzem ao progresso. A criação de um ambiente econômico com regras claras e sólidas, que estimulem o empreendedorismo e o respeito à propriedade privada e garantam liberdade de ação e escolha aos indivíduos, como bem o comprova o exame histórico e comparativo entre as nações, leva ao crescimento econômico e ao aprimoramento das condições de vida da população. Prova vigorosa disto se depreende da comparação entre o índice de liberdade econômica, elaborado pela *The Heritage Foundation* e o *The Wall Street Journal*, e o índice de desenvolvimento humano, apurado pela ONU. Dos 22 países mais livres economicamente, 17 estão entre os 22 com maior desenvolvimento humano, ou seja, com melhores condições de educação, saúde, habitação. O liberalismo não promete felicidade, não propõe igualdade, não garante sucesso para todos. O liberalismo acredita no indivíduo, na sua capacidade e no seu direito natural de escolher conforme suas próprias convicções e idéias. Sua grande virtude é estabelecer as bases de uma sociedade plural, tolerante, responsável e próspera, na qual os indivíduos são detentores de direitos naturais invioláveis (vida, propriedade e liberdade) e encontram um ambiente propício para interagir com seus pares e alcançar seus objetivos. Esperamos poder um dia perceber que a solução de nossos problemas não se encontra em líderes populistas e Estados interventores, mas sim no respeito às liberdades individuais e na capacidade de cada ser humano.

*Advogado, Associado do IEE

“O desenvolvimento social e o respeito ao indivíduo estão diretamente vinculados à importância do respeito à propriedade”

ENTREVISTA COM

JORGE GERDAU JOHANNPETER



O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO GRUPO GERDAU E UM DOS MAIORES APOIADORES DO INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS, JORGE GERDAU JOHANNPETER, ESTEVE NA ABERTURA DA 20ª EDIÇÃO DO FÓRUM DA LIBERDADE. NA OCASIÃO, DESTACOU SUA OPINIÃO SOBRE O DIREITO À PROPRIEDADE E A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO SOBRE O TEMA.

Equipe Editorial: Sobre o tema Direito de Propriedade, quais os pontos críticos que precisam de uma atenção maior aqui no Fórum?

Jorge Gerdau Johannpeter: O respeito à propriedade, ou até um conceito mais amplo, o respeito à Lei, é decisivo para o crescimento e o desenvolvimento. Quando há uma estrutura de insegurança em relação à propriedade, as pessoas se recolhem e não investem. As organizações só investem e se estabelecem se as legislações vigentes respeitam a propriedade. Se nós

analisarmos o cenário mundial, vamos ver que os países que tem respeito à propriedade, com uma legislação onde se respeita a lei, são os que têm maior possibilidade, maior desenvolvimento e menores desajustes sociais. O desenvolvimento social e o respeito ao indivíduo estão diretamente vinculados à importância do respeito à propriedade.

Equipe Editorial: Qual a importância do Fórum da Liberdade na sua opinião?

Jorge Gerdau Johannpeter: O Fórum da Liberdade é uma oportunidade de um debate aberto de muitas idéias sobre o respeito do indivíduo, da lei, da propriedade, dos direitos autorais. São campos de idéias que no Brasil normalmente não são debatidos. A grande vantagem do Fórum da Liberdade é que propõe soluções. Existem outros eventos de debate, mas não apresentam propostas concretas.

Equipe Editorial: O que o senhor destaca sobre o Instituto de Estudos Empresariais?

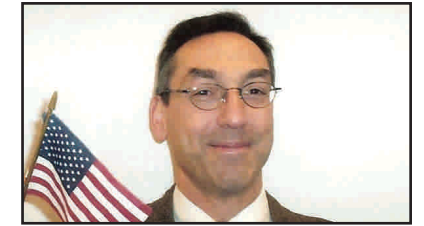
Jorge Gerdau Johannpeter: O Instituto de Estudos Empresariais tem uma

grande vantagem: é tremendamente sério. São jovens que trabalham o ano inteiro analisando livros, debatendo, discutindo sobre matérias. Escutam professores, palestrantes, profissionais do mercado nacional e internacional. Realizam encontros semanais, todas as segundas-feiras, e usam esta rotina para aprimorar um trabalho consistente, para o aprimoramento intelectual dos associados. Através desta capacitação indiscutível, eles tornam-se líderes diferenciados. Este é um trabalho que vem acontecendo há muitos anos, com resultados extraordinários.

Equipe Editorial: O que o empreendedor deve fazer para gerenciar o seu negócio com sucesso?

Jorge Gerdau Johannpeter: O primeiro fator é detectar a oportunidade de um produto, de um serviço. O segundo ponto é a perseverança na luta do desenvolvimento. O empreendedor só tem sucesso quando ele tiver a percepção do produto e trabalhar o desenvolvimento deste no mercado.

LULA DESRESPEITA A PROPRIEDADE PRIVADA “TOMANDO” OS DPP DE INVESTIDORES ESTRANGEIROS



Lawrence A. Kogan

Lei brasileira de licenciamento compulsório motivada por questões políticas

Há tempos a mídia vem discutindo sobre o direito dos governos da Tailândia e do Brasil de declararem uma licença compulsória de patentes de medicamentos legalmente válidas, detidas por empresas farmacêuticas estrangeiras que têm negócios dentro das fronteiras desses países. Na verdade, o Governo brasileiro concluiu que a lei brasileira e a OMC permitiam a emissão de uma licença compulsória para um medicamento contra a AIDS. Discutivelmente, ele foi encorajado pela controversa emissão, pelo Governo tailandês, de uma licença compulsória de três outros medicamentos. A justificativa dada para tal expropriação ilegal de propriedade privada por parte do Brasil é a de que isso foi necessário para proteger o “interesse público”, conforme facultado pela Constituição e pela Lei de Propriedade Industrial do país. O Governo Lula também argumentou que estas ações implementam de forma apropriada o Artigo 31 do Acordo TRIPS da OMC, que, quando lida juntamente com a Declaração de Doha, reflete uma ampla flexibilização que “permite aos Governos declararem (subjetivamente) uma ‘emergência nacional’ e emitirem licenças compulsórias *por quaisquer razões, sem consultar o dono da patente estrangeira*”. A posição oficial do Brasil sem dúvida foi forjada e encorajada por grupos ativistas de saúde (ONGs) do primeiro mundo, motivados pela propaganda e com bastante recursos. Esses grupos, além de ideólogos do partido socialista, agora estão agindo para eliminar a propriedade privada como pilar para o atual ordenamento jurídico internacional de PI. Sabe-se muito bem que o Governo do Brasil arregimentou esses grupos para ajudarem a promover um novo paradigma global anti-PI de fonte aberta/acesso universal na área de assistência à saúde e conhecimento de informação que evite direitos de propriedade privada fortes, particularmente aqueles detidos por americanos donos de patentes, direitos autorais e segredos comerciais. É bem sabido o quão arditosamente o Governo do Presidente Lula incorporou essa agenda global em seu plano de inovação nacional. Também é de conhecimento geral o quanto Lula anteriormente favoreceu os pobres e analfabetos do Brasil, seus sindicatos nacionais e seu mercado de capitais a fim de garantir sua reeleição. Esse favorecimento foi necessário como compensação por uma série de grandes escândalos de corrupção envolvendo alguns de seus colaboradores próximos, e por seu Governo ter deixado de implementar os presumidos sistemas de educação pública, de pensões e infra-estrutura do Brasil, pelos quais os eleitores alfabetizados da classe

média provavelmente poderiam tê-lo como responsável. Apesar de tal favorecimento, os brasileiros pobres e analfabetos não parecem estar em melhor situação, em termos econômicos e sociais, em razão de receberem, mensalmente, do Governo, ajuda “casada” em troca de votos (programa Bolsa Família). O mercado de capitais também não está melhor do que estaria, a longo prazo, por ter apoiado a reeleição de Lula, mesmo que no curto prazo tenha se beneficiado da relativa calma do mercado em torno do primeiro e segundo turnos. Em cada um dos casos, esses grupos não estão nem um pouco *menos* dependentes do que estavam antes da eleição. E é certo que seu bem-estar pessoal e capacidade de sustentarem a si próprios *não melhorou* nem um pouco desde então.

Depois de ter assinado a ordem de “quebrar” a patente do medicamento contra AIDS, Lula avisou que isso pode acontecer com outras licenças, se os preços não pudessem ser pagos. E, apesar dos alertas de investidores estrangeiros de que seu ato desestimularia os investimentos diretos no Brasil, Lula repreendeu-os, dizendo que o país agiria desta forma, não só em benefício dos brasileiros, mas também em benefício de cidadãos de outros países. Se o tom do presidente lembrou mais Robin Hood do que um chefe de Estado, provavelmente isso não foi coincidência.

Apesar de sua retórica, o Governo Lula não pode garantir para as empresas que a pesquisa e desenvolvimento que orientou os investimentos estrangeiros diretos, os adicionais de inovação científica e tecnológica deles decorrentes e o crescimento econômico nacional manterão o mesmo ritmo. Lula também não pode garantir às pequenas e médias empresas que elas terão capacidade técnica suficiente para competirem internacionalmente, na medida em que o Governo se recusar a reconhecer e proteger os direitos de propriedade intelectual privados e a facilitar a comercialização de pesquisa e desenvolvimento básicos, custeados através do reconhecimento e proteção de patentes de desenvolvimentos privados. O Governo Lula também está pressionado a mostrar aos empresários brasileiros que o relacionamento bilateral de importância estratégica e multifacetada com os Estados Unidos, o maior parceiro comercial individual do Brasil, não sofrerá qualquer dano em razão dessa atitude do presidente. Dada a escassez de informações críveis subjacentes à primeira emissão de uma licença compulsória pelo Governo brasileiro, as empresas brasileiras de biotecnologia, farmacêuticas, químicas, de *software*, automotivas e aeronáuticas e seus investidores devem agora se perguntar se patentes, segredos comerciais e direitos autorais que elas detêm privadamente não serão o próximo alvo.